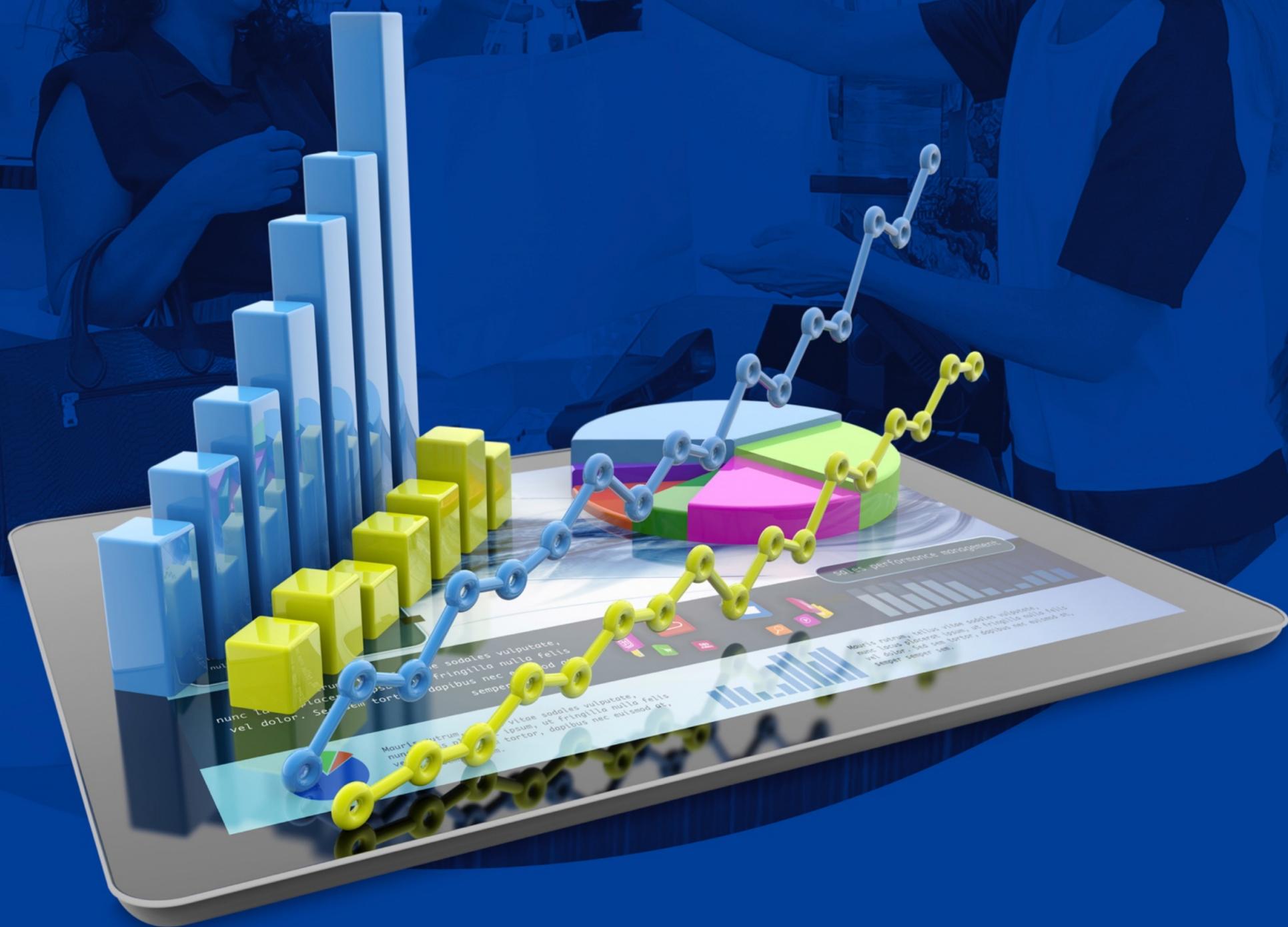




PANORAMA DO COMÉRCIO

SETEMBRO/2021



RESUMO

Vendas do comércio varejistas crescem 1,2% e indicam retomada; no cenário macroeconômico, aceleração da inflação preocupa

Depois do recuo observado em junho de 2021, o comércio voltou a registrar um resultado positivo no mês de julho. Segundo o IBGE, o avanço das vendas do varejo foi de 1,2% na comparação com o mês imediatamente anterior. O resultado reforça o cenário de retomado do setor. Num horizonte de tempo maior, isso fica ainda mais evidente: no acumulado de 12 meses, o comércio varejista registra avanço de 5,9%, enquanto o varejo ampliado registra alta de 8,4%.

De acordo com a Fundação Getulio Vargas, em agosto de 2021, a confiança do comércio registrou leve recuo, mas ainda segue acima dos 100 pontos, indicando prevalência do otimismo. O setor segue, ademais, abrindo vagas formais de trabalho. O resultado de julho de 2021 foi, segundo o CAGED, recorde neste ano: 74,8 mil vagas foram criadas pelo comércio. Considerando todos os setores da economia, mais de 308 mil vagas foram criadas em julho.

No âmbito macroeconômico, o avanço recente da inflação e a queda do PIB do segundo semestre servem de alerta para os riscos ainda presentes no cenário. O Produto Interno Bruto recuou 0,1% no segundo trimestre, na comparação com o trimestre anterior.

Panorama do Comércio



1,2%

Crescimento das vendas do varejo



101 pontos

Índice de Confiança do Comércio



74,8 mil

vagas criadas pelo setor

Panorama Macro



-0,1%

PIB do segundo trimestre



9,7%

Inflação acumulada em 12 meses



5,25%

Meta para a taxa SELIC

Já a inflação acumula alta de 9,7% nos últimos 12 meses, com variação acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

A despeito do resultado do PIB do segundo semestre, as projeções ainda indicam um crescimento acima de 5,0% em 2021. No entanto, o risco inflacionário e o risco relacionado ao descontrole fiscal podem impactar o crescimento projetado para 2022. Até o momento, as projeções indicam um crescimento abaixo de 2% para o próximo ano.

Por fim, a confiança dos consumidores segue abaixo do patamar pré-pandemia, impactada pela queda do rendimento e pelo alto nível de desemprego, apesar das vagas formais recentemente criadas. A nota positiva é o avanço da vacinação: mais de seis em cada dez brasileiros tomaram ao menos uma dose da vacina, o que favorece a abertura econômica e melhora dos indicadores de emprego e de renda.

Termômetro do consumidor



64%

Vacinados com ao menos uma dose



81,8 pontos

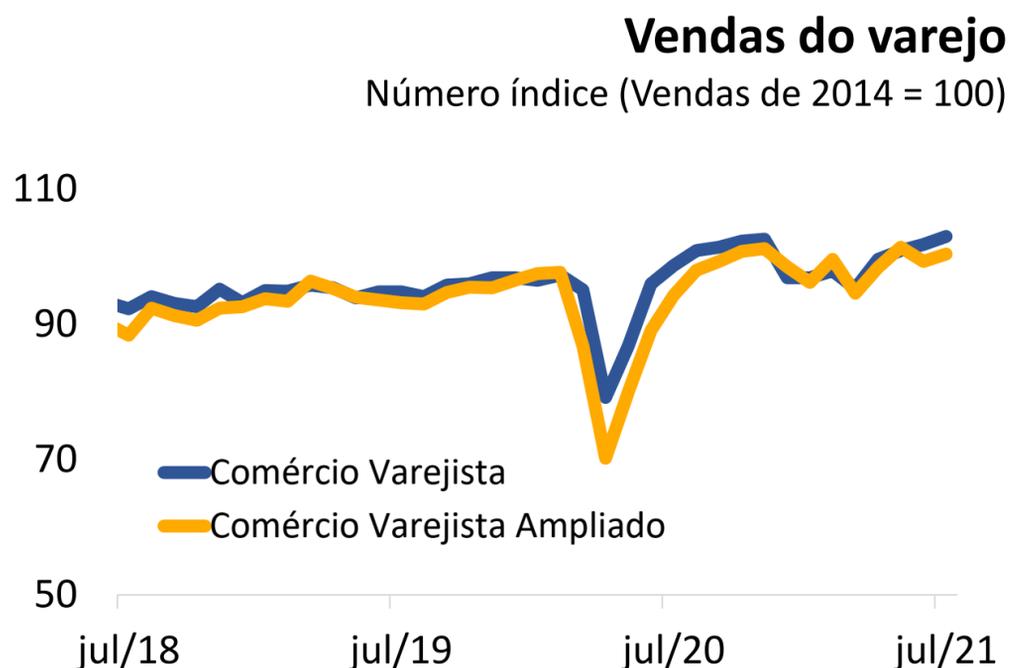
Confiança do consumidor

VENDAS DO COMÉRCIO

Em recuperação, vendas do comércio varejista registram alta de 1,2% em julho de 2021, mostra IBGE; no acumulado de 12 meses, avanço chega a 5,9%

Dados do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** mostraram um crescimento de 1,2% no volume de vendas do comércio varejista em julho de 2021, na comparação com o mês imediatamente anterior. O desempenho do setor continua a se recuperar do período de dificuldades impostas pela pandemia. O resultado de julho ficou acima do observado nos meses que antecederam a crise sanitária e acima do pico registrado em novembro de 2020, quando o setor já se recuperava. As vendas do comércio varejista ampliado avançaram 1,1% na comparação mensal.

A diferença entre o comércio varejista e o varejo ampliado é que este último inclui as vendas de automóveis, motocicletas, peças e materiais para construção. Outras bases de comparação deixam ainda mais evidentes a recuperação do setor. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas do comércio varejista registraram alta de 5,9%, enquanto as vendas do varejo ampliado observaram um avanço de 8,4%.



	O que compara	Comércio Varejista	Comércio Varejista Ampliado
Varição mensal	Compara o resultado de um mês com o mês imediatamente anterior	1,2%	1,1%
Varição anual	Compara o resultado de um mês com o mesmo mês do ano anterior	5,7%	7,1%
Varição acumulada em 12 meses	Compara os 12 meses encerrados no mês de referência com os 12 meses imediatamente anteriores	5,9%	8,4%

VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTOS

Quatro dos oito segmentos do comércio varejista analisados registram alta no acumulado de 12 meses

A análise dos dados do comércio varejista por segmento mostra que, em julho de 2021, das oito atividades analisadas, quatro apresentaram queda no acumulado de 12 meses. É o caso do segmento Supermercado, alimentação e bebidas, com recuo de 0,1%. Esse setor teve bom desempenho ao longo da pandemia, mas agora apresenta a primeira queda nessa base de comparação desde o início da crise. O maior recuo no acumulado de 12 meses foi apresentado pelo segmento de livros e papelaria (28,2%). Combustíveis e materiais de escritório tiveram queda de, respectivamente, 0,6% e 3,0%.

Já o segmento com maior alta no acumulado de 12 meses foi o de Outros artigos pessoais e domésticos, que engloba lojas de departamento, óticas, artigos esportivos, entre outros. O avanço foi de 23,0%. Também se destacou o segmento de farmácias (13,6%) e móveis e eletrodomésticos (12,7%). Na comparação mensal, entre julho de 2021 e o mês imediatamente anterior, a maior alta também ficou com o segmento de Outros artigos pessoais e domésticos (19,1%).

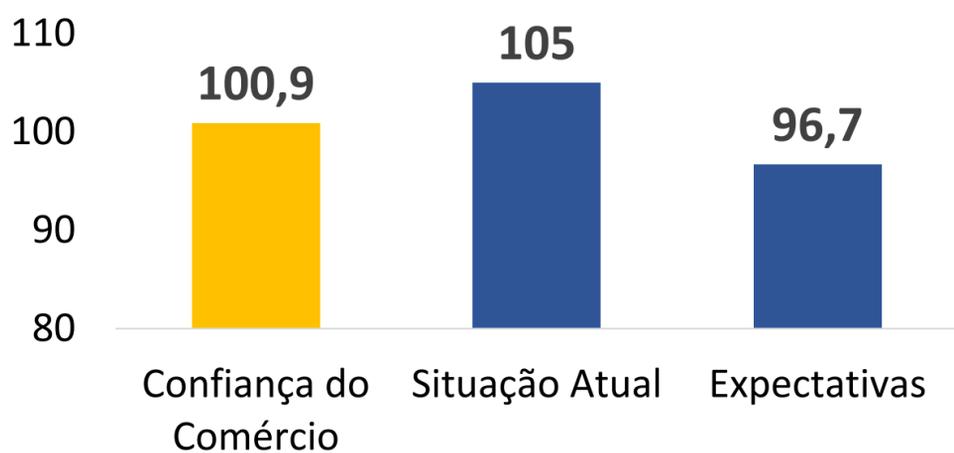
Segmento	Varição Acumulada	Varição mensal
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	23,0%	19,1%
 Artigos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos	13,6%	0,1%
 Móveis e eletrodomésticos	12,7%	-1,4%
 Tecidos, vestuário e calçados	10,3%	2,8%
 Supermercados, alimentação e bebidas	-0,1%	0,2%
 Combustíveis e lubrificantes	-0,6%	-0,3%
 Materiais para escritório	-3,0%	0,6%
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-28,2%	-5,2%

INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Indicador de Confiança do Comércio recua em agosto, mas permanece acima dos 100 pontos, mostra FGV

Indicador de Confiança do Consumidor

Agosto de 2021 | Índice de 0 a 200



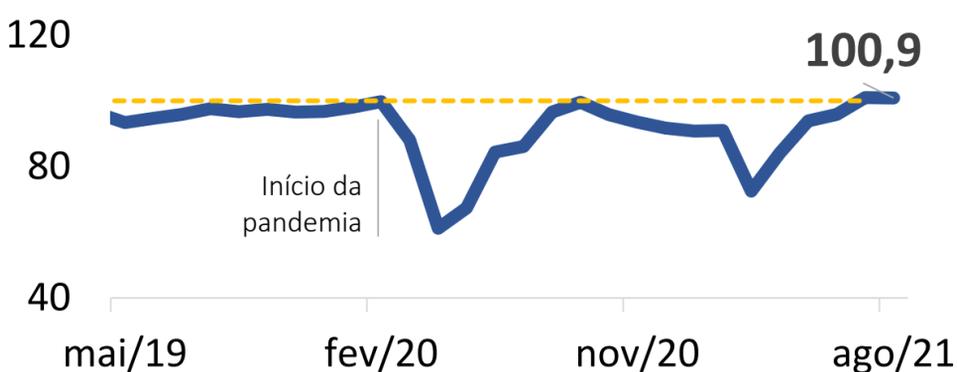
Variação do indicador

Agosto de 2021

	Confiança	Situação Atual	Expectativas
Variação mensal	-0,1%	-3,4%	3,8%
Variação anual	4,5%	2,9%	2,9%

Série História

Índice de 0 a 200



O Indicador de Confiança do Comércio, apurado pela **Fundação Getulio Vargas (FGV)**, apresentou leve recuo em agosto de 2021, alcançando 100,9 pontos. A confiança é composta por outros dois indicadores: a avaliação da situação atual, que mede a percepção do setor sobre o presente, e as expectativas, que mede a percepção sobre o futuro. Na avaliação da situação atual, em agosto de 2021, a pontuação foi de 105; já na avaliação das expectativas para o futuro a pontuação foi de 96,7.

O Indicador de Confiança do Comércio e seus componentes têm uma escala que varia de zero a 200 pontos. Valores acima de 100 pontos indicam que a maioria dos empresários do setor está otimista; valores abaixo de 100 indicam que a maioria está pessimista.

A série histórica da confiança mostra que, depois de fortes abalos no início da pandemia e com a chegada da segunda onda de contaminação, a confiança do comércio conseguiu se recuperar, voltando aos patamares de antes da pandemia.

PIB DO SEGUNDO TRIMESTRE

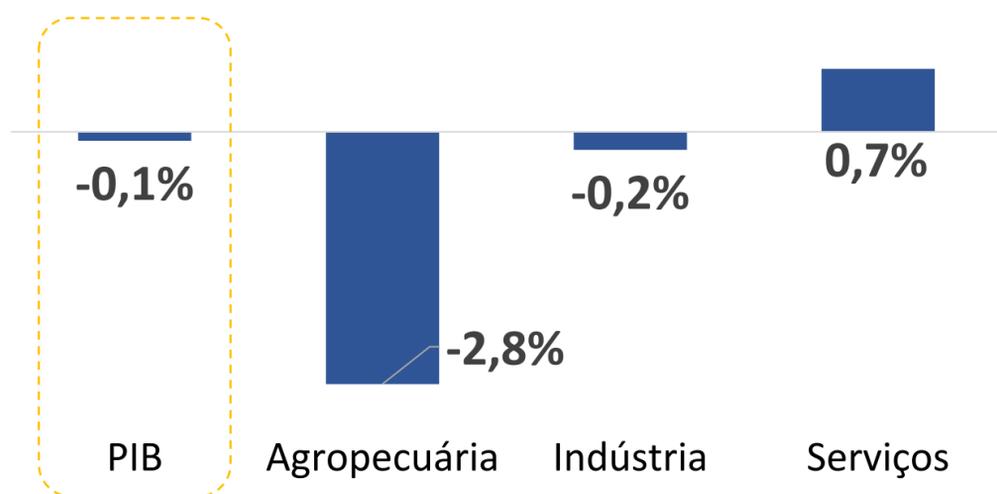
PIB perde força e recua 0,1% no segundo trimestre de 2021; apesar do resultado, as projeções apontam para um crescimento de 5,0% no ano

De acordo com o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, no segundo trimestre de 2021, o PIB brasileiro recuou 0,1%. A comparação é com o resultado do primeiro trimestre do ano. O desempenho da economia ficou abaixo do esperado para o trimestre. Ainda assim, no acumulado dos últimos quatro trimestres meses, a atividade econômica registrou um avanço de 1,8%. Pelas projeções coletadas pelo Banco Central, o PIB deverá encerrar o ano de 2021 com crescimento acima de 5,0%.

Analisando o PIB pela ótica da oferta, constata-se que o setor Agropecuário registrou a maior queda no segundo trimestre (-2,8%). Já o setor de Serviços, o mais afetado pela pandemia no auge da crise, registrou alta de 0,7%. Compondo o setor de serviços ao lado de outros subsetores, o PIB do comércio cresceu 0,5%.

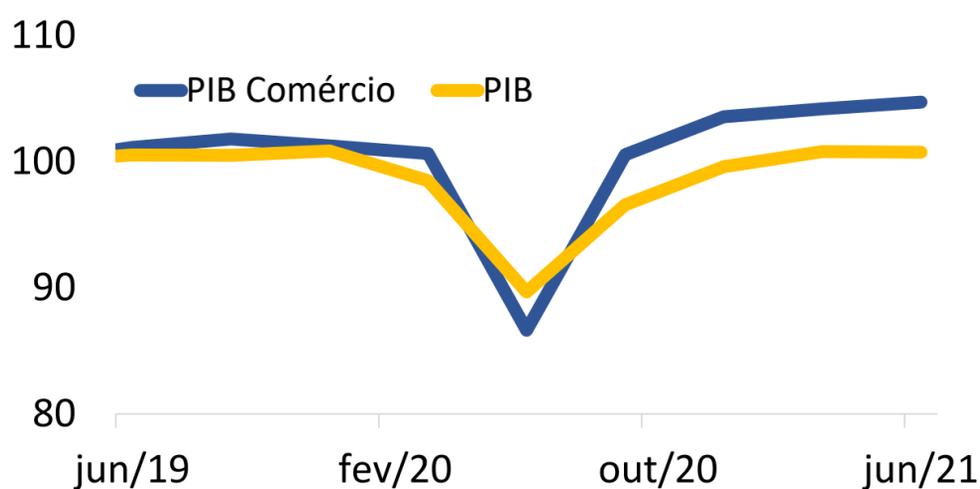
PIB pela ótica da oferta

Comparação entre o 1º e 2º trimestres



Produto Interno Bruto

Número Índice (março de 19 = 100)



PIB do comércio*

Variação trimestral | 2º tri

0,5% 
Variação trimestral

12,8% 
Participação do comércio no PIB

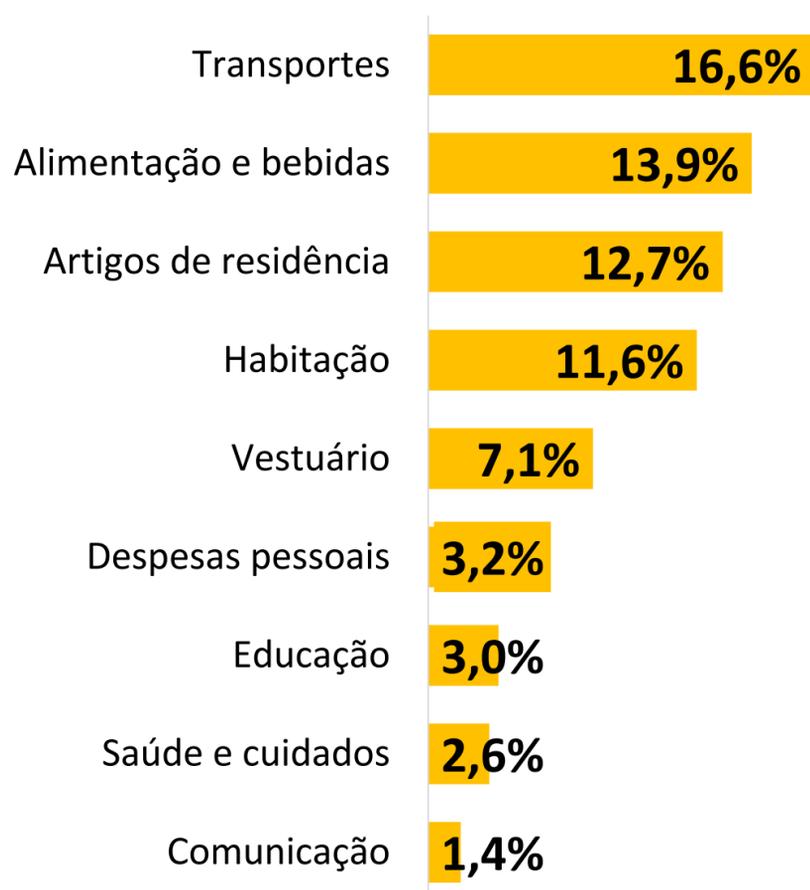
*No detalhamento do PIB, o comércio compõe o setor de serviços

INFLAÇÃO

Inflação ronda a casa dos dois dígitos, com avanço de quase 10% no acumulado dos últimos 12 meses

IPCA por grupo

Acumulado em 12 meses

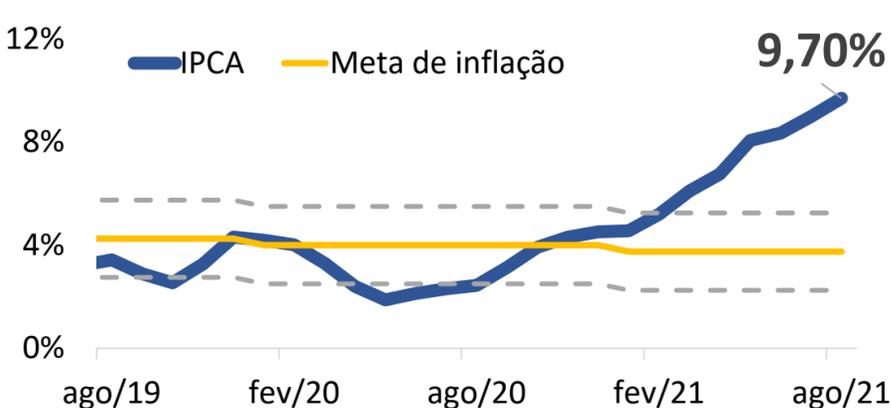


O avanço da inflação ganhou destaque no noticiário, especialmente depois da divulgação dos resultados de agosto de 2021. De acordo com o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou avanço de 9,7% nos últimos meses. Na comparação mensal, isto é, entre agosto e o mês imediatamente anterior, o avanço foi 0,87%. A abertura do indicador por grupo de bens e serviços mostra que transportes foi o que registrou a maior alta de preços nos últimos 12 meses (16,6%), seguido por Alimentação e bebidas (13,9%), Artigos de residência (12,7%) e Habitação (11,6%).

Dentro do grupo Habitação, o destaque foi o crescimento no preço da energia elétrica residencial (21,1% no acumulado de 12 meses), já refletindo o cenário de escassez energética. No patamar atual, a inflação está bem acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, que é de 3,75%. O mercado projeta que a inflação deverá permanecer acima da meta, encerrando o ano acima de 7,0%.

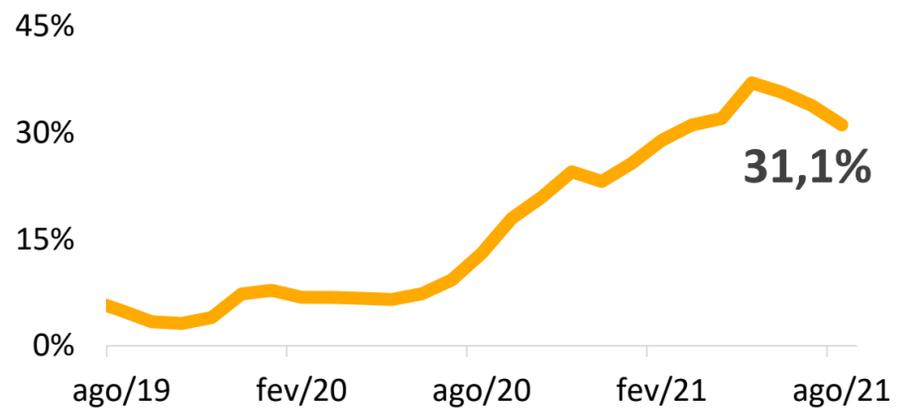
IPCA

Acumulada em 12 meses



IGP-M

Acumulado de 12 meses

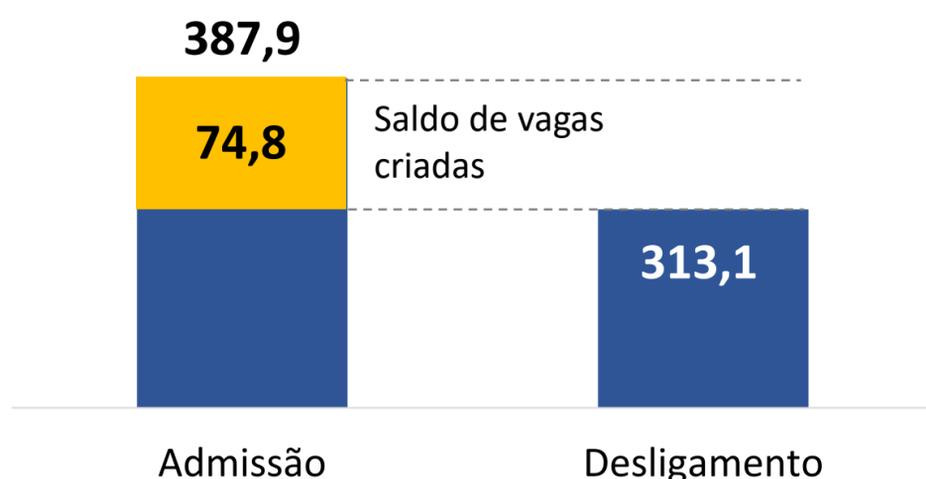


MERCADO DE TRABALHO

Em julho de 2021, comércio registra o maior saldo de criação de vagas do ano com a abertura de 74,8 mil postos de trabalho

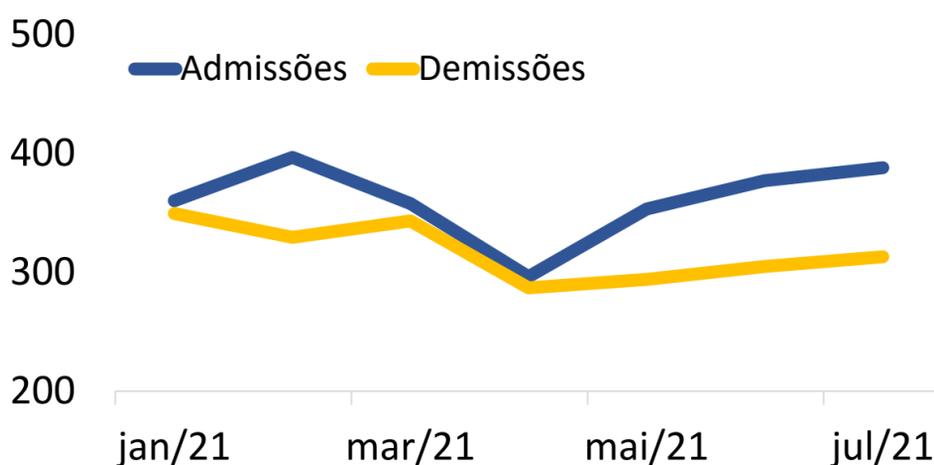
Criação de vagas pelo Comércio

Julho de 2021 | Em milhares



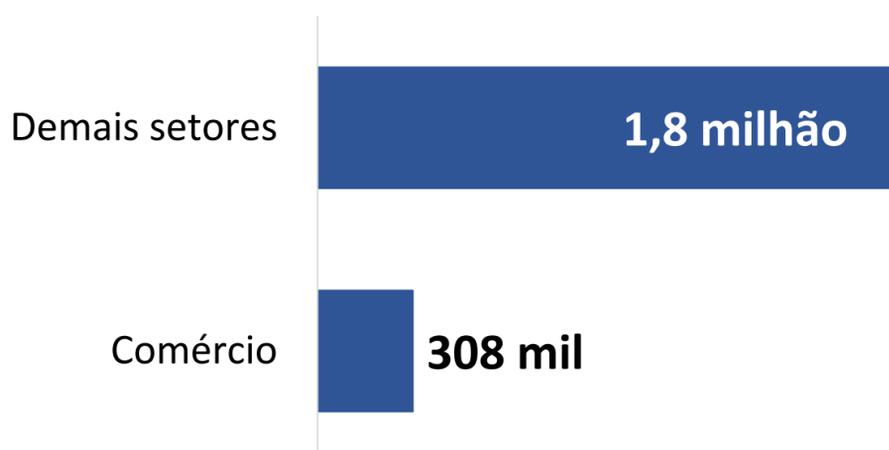
Admissões e demissões no Comércio

Em milhares



Vagas criadas em 2021

Saldo acumulado entre janeiro e julho



Em julho de 2021, o setor de comércio criou 74,8 mil postos formais de trabalho, de acordo com o **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Esse resultado vem da admissão de 387,9 mil novos colaboradores e da demissão de 313,1 mil. O saldo de vagas criadas em julho foi o maior desde o início do ano.

Depois dos primeiros meses de pandemia, quando registrou números expressivos de fechamento de vagas, o comércio voltou a registrar saldos positivos de criação de emprego em julho de 2020. Ao longo de 2021, em todos os meses o setor continuou a mostrar saldos positivos, com o número de admissões superando as demissões. No acumulado de janeiro a julho de 2021, 308 mil vagas foram abertas no comércio.

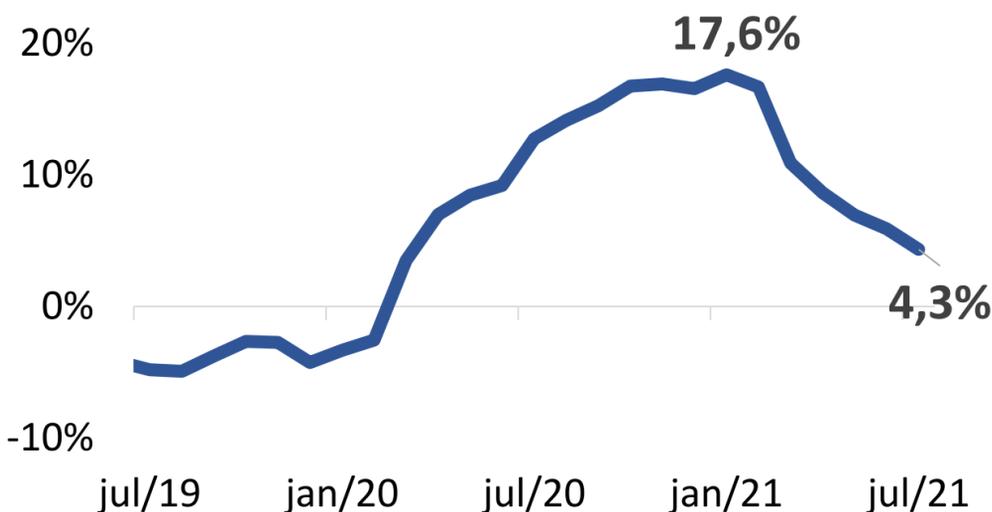
Considerando todos os setores da economia, 316 mil vagas foram criadas em julho de 2021. No acumulado do ano, isto é, no período entre janeiro e julho de 2021, 1,8 milhão de vagas de emprego formal foram criadas na economia.

MERCADO DE CRÉDITO

Crédito a empresas ainda cresce, mas em ritmo cada vez menor, mostra Banco Central

Saldo de crédito a empresas

Variação anual

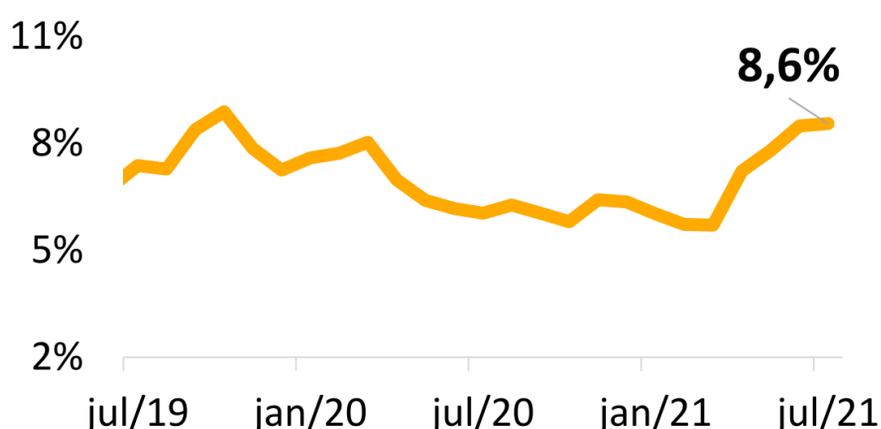


O saldo de empréstimos e financiamentos a empresas feitos pelo Sistema Financeiro Nacional registrou forte crescimento durante a pandemia, chegando a avançar 17,6% na comparação entre janeiro de 2021 e o mesmo mês do ano anterior. Esse cálculo leva em consideração a inflação do período e foi feito com base em dados do **Banco Central do Brasil**.

Em 2021, o saldo de crédito continuou registrando crescimento positivo. No mês de julho, o avanço foi de 4,3%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Nota-se, porém, que o ritmo de crescimento vem caindo ao longo dos últimos meses, depois de alcançar um pico em janeiro. O avanço expressivo do crédito a empresas observado ao longo de 2020 resultou de medidas adotadas pelo governo e pelo Banco Central para garantir a sobrevivência dos negócios. O saldo total de crédito a empresas chegou a R\$ 1,83 trilhões em julho de 2021, sendo que R\$ 169 bilhões estão destinados a empresas do varejo. Por fim, o saldo de crédito a pessoas físicas cresceu 8,6% na comparação entre julho de 2021 e o mesmo mês do ano anterior.

Saldo de crédito a Pessoas Físicas

Variação anual | Série deflacionada



Saldo de crédito por setor

Julho de 2021 | Em reais

Demais setores

1,66 trilhões

Varejo

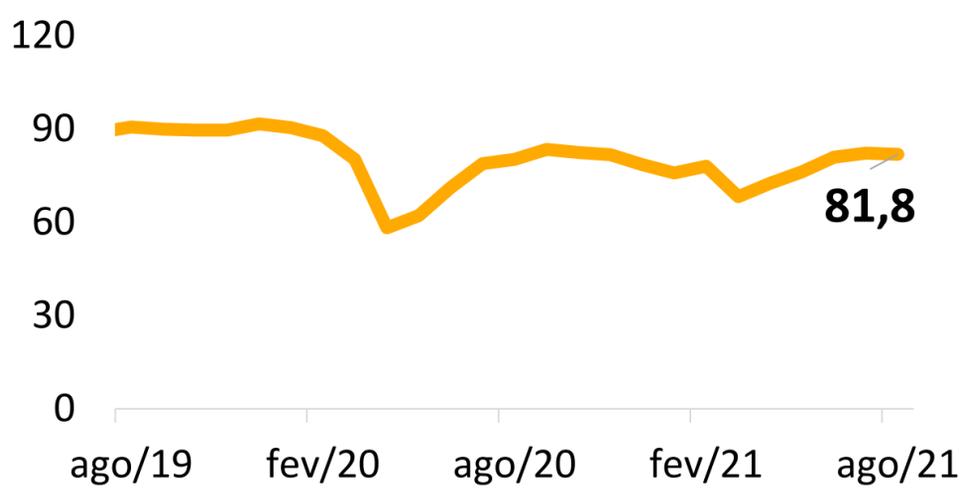
169 bilhões

TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Confiança do consumidor tem leve recuo em agosto e segue abaixo dos 100 pontos

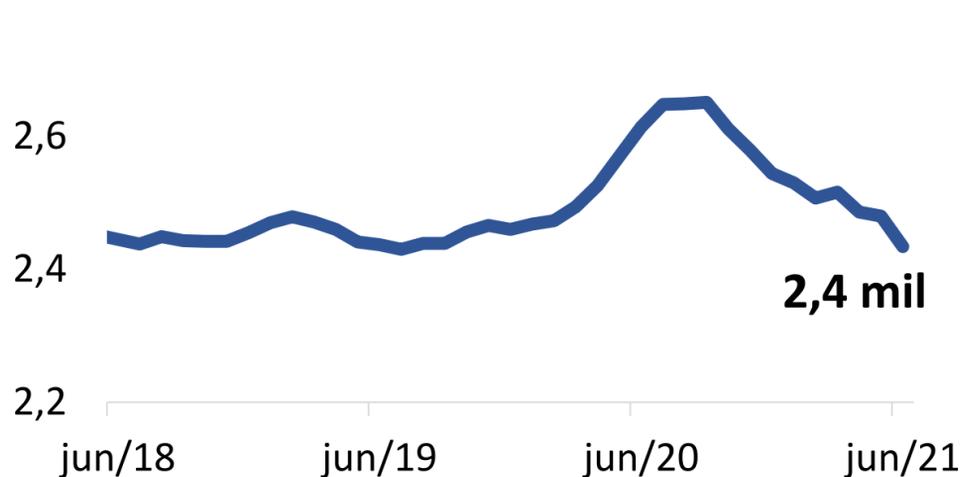
Confiança do consumidor

Índice (0 a 200 pontos)



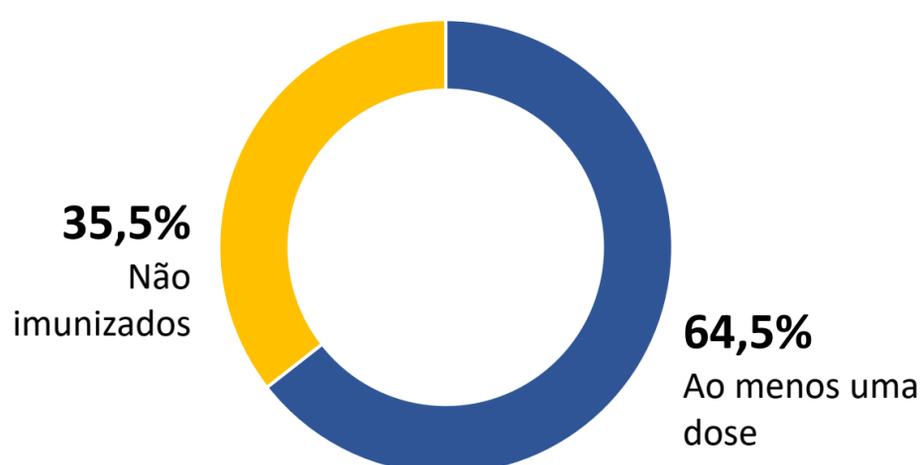
Rendimento médio do trabalho

Em reais



Vacinação contra a COVID-19

% da População



O Indicador de Confiança do Consumidor apurado pela **Fundação Getulio Vargas (FGV)** registrou 81,8 pontos em agosto de 2021. Diferentemente do Indicador de Confiança dos empresários do comércio, a confiança do consumidor ainda está abaixo dos níveis observados antes da pandemia e abaixo da marca dos 100 pontos, indicando a prevalência de uma visão pessimista.

Os dados de renda e desemprego ajudam a explicar esse quadro. De acordo com o **IBGE**, o rendimento médio da população ocupada caiu ao longo dos últimos meses, alcançando R\$ 2,4 mil em junho de 2021. Além disso, mesmo com a criação de vagas mais recente, o número de desempregados segue próximo dos 14 milhões.

A nota positiva é o avanço da vacinação. Até a segunda semana de setembro, mais da metade da população recebeu ao menos uma dose da vacina contra a COVID-19. A imunização da população é a grande aposta para a retomada plena da atividade econômica.

PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Mercado projeta alta de 5,1% para o PIB em 2021; inflação deve encerrar o ano acima do teto da meta

As projeções coletadas pelo Boletim Focus, do Banco Central, indicam que o crescimento do PIB em 2021 será de 5,15%, depois de uma queda de 4,1% em 2020. Com relação aos preços, a previsão é de que o IPCA encerre o ano com alta de 7,6%, acima da meta. Esses dados representam a mediana das projeções divulgadas em 03 de setembro de 2021.

	2021	2022
Produto Interno Bruto	5,15%	1,93%
Inflação (IPCA)	7,58%	3,98%
SELIC	7,63%	7,75%
Dólar	R\$5,15	R\$5,20

OUTROS INDICADORES

Índice IBOVESPA registra queda em agosto; Banco Central eleva taxa SELIC para 5,25%

Em agosto de 2021, o Índice IBOVESPA registrou desempenho negativo, com queda de 2,48%. Também neste mês, o Comitê de Política Monetária elevou a taxa SELIC para 5,25% ao ano.

5,25%

Meta para a taxa
SELIC

-2,48%

Queda do IBOVESPA
em agosto de 2021

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



TERCEIRA IDADE - Estilo de vida, consumo e expectativas para o futuro

Pagamento de dívidas é a principal meta para os próximos 2 anos de um terço dos idosos, revela pesquisa da CNDL/SPC Brasil. Além disso, 33% dos entrevistados pretendem aproveitar a vida com familiares, enquanto 25% querem fazer um tratamento odontológico. Já 24% pretendem viajar pelo Brasil e 23% planejam trabalhar.

[Confira a pesquisa](#)

Em tempos de pandemia, navegar pela internet é o principal lazer dos idosos. Outras atividades apontadas:



56%
Assistir TV



41%
Ouvir música



38%
Ler livros

60% dos idosos encontram dificuldades em achar produtos para a terceira idade

22% - têm dificuldade em encontrar locais para sair à noite com público da terceira idade

22% - têm dificuldade em encontrar alimentos especiais

18% - têm dificuldade em encontrar celulares com teclado maior

Itens que os idosos pretendem adquirir nos próximos 3 meses:

25%

ROUPAS

24%

TRATAMENTOS DENTÁRIOS

19%

ELETRODOMÉSTICOS

PRINCIPAIS LOCAIS DE COMPRAS DOS IDOSOS:



47%
FARMÁCIAS



30%
LOJAS DE
DEPARTAMENTO



29%
LOJAS DE RUA

* Desconsiderando os supermercados



PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



CONSUMO ONLINE – VENDA DE PRODUTOS USADOS

O orçamento apertado das famílias e o desemprego em patamares elevados têm levado muitas pessoas a buscar alternativas na hora de fazer compras ou mesmo para fazer um dinheiro extra. Um levantamento realizado em todas as capitais pela CNDL e pelo SPC Brasil, em parceria com o Sebrae, revela que os produtos usados vêm ganhando espaço entre os consumidores online. De acordo com o levantamento, três em cada dez (33%) entrevistados adquiriram algum item de segunda-mão pela internet nos últimos 12 meses à pesquisa, um aumento de 4 pontos percentuais em comparação com 2019.

[Confira a pesquisa](#)

PRODUTOS USADOS MAIS CONSUMIDOS:

34%

Celulares ou smartphones

26%

Livros

26%

Eletrônicos

33% dos entrevistados venderam itens pessoais em sites especializados ou redes sociais, como:



31%

ELETRDOMÉSTICOS



29%

CELULARES / SMARTPHONES



28%

ELETRÔNICOS



22%

ROUPAS E SAPATOS

Principal razão para comprar produtos usados

77% ECONOMIA DE GASTOS

33% CONSUMO SUSTENTÁVEL E CONSCIENTE

28% ORÇAMENTO APERTADO

6 em cada 10 consumidores pesquisam usados antes de adquirir produtos novos

45% BUSCAM LOJAS E SITES CONFIÁVEIS

42% VERIFICAM RECOMENDAÇÕES DOS CONSUMIDORES

PESQUISAS CNDL/SPC BRASIL



MEIOS DE PAGAMENTO

A tendência da digitalização dos meios de pagamentos foi estimulada ainda mais pela pandemia da Covid-19. A crise sanitária impôs a necessidade de isolamento social e deu impulso à adoção de meios de pagamento que reduzem o compartilhamento de objetos. O contexto ajuda a explicar o fenômeno chamado PIX, sistema de pagamentos instantâneo e gratuito para pessoas físicas e jurídicas, criado pelo Banco Central em 2020, que já é o segundo meio de pagamento mais utilizado no país, praticamente empatado com o dinheiro. O dado faz parte da pesquisa realizada pela CNDL e pelo SPC Brasil, em parceria com o Sebrae.

[Confira a pesquisa](#)

Modalidades de pagamento mais utilizadas pelos brasileiros:

71%

DINHEIRO

66%

CARTÃO DE DÉBITO

70%

PIX

57%

CARTÃO DE CRÉDITO

MOTIVOS PARA PREFERIR O PIX:



83%

RAPIDEZ E PRATICIDADE



34%

MENOS CONTATO FÍSICO
COM MÁQUINAS



32%

SEGURANÇA

67% dos internautas mudaram as formas de pagamento em razão da pandemia

45% passaram a fazer mais pagamentos de forma online (incluindo transferências e PIX)

59% já fez pagamentos por aproximação.

PAGAMENTOS POR QR CODE:

18% já utilizaram a modalidade de pagamento por QR Code

MOTIVOS:

63% rapidez e praticidade

31% alta aceitação nos estabelecimentos

31% possibilidade de evitar maquininha de cartão

Principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo deliberadas:

Reforma tributária



Em continuidade da informação na edição anterior, segue fatiada a Reforma Tributária, a Câmara analisa as propostas fatiadas sobre o consumo e renda; o Senado análise da Constitucionalidade via PEC 110/19.

A Câmara dos Deputados concluiu a votação do 2337/2021 do Poder Executivo (IR, IPI e Lucros e Dividendos), sendo aprovado apenas o destaque que reduziu a alíquota do Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos de 20% para 15%. A matéria seguiu para o Senado, aguarda deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto terá de ser submetido ao plenário após a análise da comissão, ou ser avocado ao plenário pelo presidente Rodrigo Pacheco. PL 2337/2021 (Alterações sobre IR) | <https://bit.ly/3hefi2l>

O PL 3887/2020 (unifica o PIS/Cofins) ainda aguarda parecer do Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP).

O PL 4728/2020, relativo ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, aprovado pelo Senado em 05 de agosto, mas ainda aguarda deliberação da Câmara, o PL faz parte do pacote da Reforma Tributária.

Foram realizadas as Sessões de Debates Temáticos públicas no Senado a partir de 13/08/2021, por 15 dias, a fim de discutir a PEC 110/2019 (Reforma Tributária ampla), pela qual aguarda apresentação de relatório do Senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Reforma administrativa



Em continuidade da informação na edição anterior, após a aprovação do parecer na CCJ, foi instalada em 09 de junho a comissão especial para analisar a PEC 32/2020, presidida pelo deputado Fernando Monteiro (PP-PE) e relatada pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA). O parecer aguarda ser

votado pela comissão. A proposta prevê uma série de mudanças para o serviço público, como perda da estabilidade para diversas carreiras para novos concursados. A aprovação no depende dos votos favoráveis de três quintos dos deputados, ou seja, 308, em dois turnos de votação.

Medidas Trabalhistas



O Senado rejeitou a Medida Provisória 1.045/2021, que instituiu o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e estabeleceu a possibilidade de redução da jornada de trabalho e do salário dos empregados, além da suspensão temporária dos contratos de trabalho, juntamente com o pagamento do benefício, por até 120 dias.

O prazo para adesão ao programa havia sido finalizado em 25 de agosto, tendo a aprovação da medida o objetivo de estendê-lo, inclusive para garantir que as gestantes em home office recebessem sua remuneração por meio do BEm. Contudo, a MP teve forte resistência quanto aos demais pontos que tratavam de outras alterações trabalhistas, sendo assim rejeitada.

Afastamento da gestante trabalhadora



O PL 2058/2021 de autoria do Dep. Tiago Dimas (Solidariedade/TO) para alterar a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar as atividades de teletrabalho de trabalhadoras gestantes.

Situação: Com a rejeição da MP 1045/2021 que vinculava o PL ao BEm (Benefício Emergencial), a CNDL continua trabalhando em prol de reajustar junto à Frente Parlamentar do Comércio e Serviços e ao governo a contrapartida orçamentária para o PL 2058/21, que trata do afastamento da gestante trabalhadora.

Parcelamento dos débitos junto ao Simples Nacional, inclusive do período da pandemia.



PLP 46/2021, de autoria do Senador Jorginho Mello (PL/SC) e presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que institui o Programa

de Renegociação em Longo Prazo de Débitos para com a Fazenda Nacional ou Devidos no Âmbito do Simples Nacional (RELP), a fim de permitir o reescalonamento de débitos de natureza tributária ou não tributária, exceto contribuições previdenciárias, vencidos até 31 de maio de 2021, inclusive oriundos de parcelamentos anteriores; e cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE), tendo como fato gerador a quitação das prestações do Relp e incidindo sobre o valor das parcelas pagas.

Situação: A CNDL realizou em 02 de setembro *live* no canal da CNDL por *youtube* com o autor, Senador Jorginho Mello (PL/SC), e mobilização junto aos líderes. Aprovado pelo Senado em 05 de agosto, ainda aguarda deliberação pelo plenário da Câmara dos Deputados.

Aumento do limite da receita bruta do MEI



Projeto de Lei Complementar n. 108/2021, do Senado Federal, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados"

Situação: aprovado pelo Senado em 12 de agosto, aguarda deliberação pela Câmara dos Deputados.

Prorrogação dos benefícios e incentivos fiscais do ICMS ao Comércio até 2032



Através do PLP 5/2021, que prorroga por 15 anos isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS. O projeto é de autoria do deputado Efraim Filho (DEM/PB) e relatado na CFT pelo deputado Da Vitória (Cidadania/ES) e na CCJ pela Deputada Paula Belmonte (Cidadania/DF).

Situação: Aguarda votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 08 de setembro

e aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) em 07 de julho. O PLP 5/21, dá segurança aos Estados para que possam manter a geração de emprego, renda e receita. A proposta iguala a prorrogação de incentivos do comércio com a indústria, vigorando até a aprovação da reforma tributária.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)



Um pilar fundamental para a concretização do arcabouço normativo da proteção de dados pessoais e para a segurança jurídica é o estabelecimento da competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, conforme Proposta de Emenda Constitucional n. 17 de 2019, a qual também visa incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal.

Situação: Aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados a PEC 17/2019, em 31 de agosto, mas retornou ao Senado Federal, pois a PEC foi aprovada na Câmara na forma de um substitutivo (texto alternativo) do deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), que relatou o texto na comissão especial criada para analisar o tema. Segundo o texto aprovado, também caberá à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei.

Uma das principais mudanças que seriam feitas pelo substitutivo, no entanto, foi retirada do texto, durante a votação, por um destaque apresentado pelo Novo. O trecho retirado previa a criação de um órgão regulador na forma de uma entidade independente, integrante da administração pública federal indireta e submetida a regime autárquico especial.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

